

Associação Defesa do Idoso e Crianças de Arentim

Anexo

25 de março de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
6	Ativos Intangíveis	10
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários.....	12
10	Rébito	12
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Benefícios dos empregados	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
17	Outras Informações.....	14
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	14
17.3	Clientes e Utentes	14
17.4	Outras contas a receber	15
17.5	Diferimentos.....	15
17.6	Outros Ativos Financeiros	15
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	16
17.8	Fundos Patrimoniais.....	16
17.9	Fornecedores.....	16
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	17
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	17

17.15 Outros rendimentos	18
17.16 Outros gastos	18
17.17 Resultados Financeiros.....	18
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A “Associação Defesa do Idoso e Crianças de Arentim” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 13B de 16 de Janeiro de 2001, Série III, com sede em Rua da Estação - 4705-005 ARENTIM-BRAGA. Tem como atividade CAE 8890 - Outras atividades de apoio social sem alojamento n/e para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à família através das seguintes valências:
- Creche, Pré primário, actividades tempos livres, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

-

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	50,000.00					50,000.00
Equipamento básico	3,679.24					3,679.24
Equipamento de transporte	35,555.52	1 5000.00				50,555.52
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	4,071.21	694.00				4,765.21
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00					0.00
Total	93,305.97	15,694.00	0.00	0.00	0.00	108,999.97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	3,167.77	143.10				3,310.88
Equipamento de transporte	31,475.52	6 420.00				37,895.52
Equipamento biológico	0.00					112.70
Equipamento administrativo	6,777.02	138.80				6,915.82
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00					0.00

Total	41,420.31	6,701.90	0.00	0.00	0.00	48,234.92
-------	-----------	----------	------	------	------	-----------

		2015			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	0.00				0.00
Edifícios e outras construções	0.00				0.00
Equipamento básico	0.00				0.00
Equipamento de transporte	0.00				0.00
Equipamento biológico	0.00				0.00
Equipamento administrativo	0.00				0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00				0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

		2016				
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	50,000.00					50,000.00
Equipamento básico	3,679.24					3,679.24
Equipamento de transporte	50,555.52					50,555.52
Equipamento biológico	4,765.21					4,765.21
Equipamento administrativo	0.00					0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00					0.00
Total	108,999.97	0.00	0.00	0.00	0.00	108,999.97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	3,310.88	143.27				3,454.15
Equipamento de transporte	37,895.52	3220.00				41,115.52
Equipamento biológico	112.70					112.70
Equipamento administrativo	6,915.82	251.50				7,167.32
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00					0.00
Total	48,234.92	3,614.77	0.00	0.00	0.00	51,849.69

		2016			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final	
Custo					
Terrenos e recursos naturais	0.00				0.00
Edifícios e outras construções	0.00				0.00
Equipamento básico	0.00				0.00
Equipamento de transporte	0.00				0.00
Equipamento biológico	0.00				0.00
Equipamento administrativo	0.00				0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00				0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Propriedades de Investimento

Não se aplica

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

Não se aplica

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	5,336.80	621.10				5,957.95
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	5,336.80	621.10	0.00	0.00	0.00	5,957.95
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0.00			0.00

Projetos de Desenvolvimento	0.00			0.00
Programas de Computador	0.00			0.00
Propriedade Industrial	0.00			0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	5,957.95	659.28				6,617.23
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	5,957.95	659.28	0.00	0.00	0.00	6,617.23
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

2016				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0.00			0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00			0.00
Programas de Computador	0.00			0.00
Propriedade Industrial	0.00			0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Não se aplica

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Não se aplica

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	868.47	476.01	0.00	1,344.48	0.00	0.00	1,344.48
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	868.47	476.01	0.00	1,344.48	0.00	0.00	1,344.48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				27,047.94			32,547.54
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Réido

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	53,233.72	44,045.42
Quotas e joias	2,867.00	2,642.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	347.84	810.49
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	56,448.56	47,497.91

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2015 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Não se aplica

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Não se aplica

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Não se aplica

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente 5 e 5. De um período para outro não se verificaram saídas.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Não se aplica

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 5 e em 31/12/2016 foi de 6.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Orgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	49,175.65	42,063.37
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	10,635.93	8,260.37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1,450.29	1,161.43
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	10,523.41	5,368.66
Total	71,785.28	56,853.83

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	1,209.66	1,209.66
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-862.26	0.00

Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	347.40	1,209.66

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2015
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	0.00	0.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Remunerações a liquidar	10,109.32	9,791.72
Total	10,109.32	9,791.72
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0.00	0.00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Não se aplica

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	313.91	906.55
Depósitos à ordem	22,560.94	6,933.41
Depósitos a prazo	45,000.00	45,000.00
Outros		
Total	67,874.85	52,839.96

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	199.52	0.00	0.00	199.52
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	102,466.77	7,098.79	0.00	109,565.56
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0.00	4,800.00	0.00	4,800.00
Total	102,666.29	11,898.79	0.00	114,565.08

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	862.26	0.00
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	862.26	0.00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00

Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	286.00	576.00
Segurança Social	2,210.31	2,078.67
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	2,496.31	2,654.67

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		0.00		0.00
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		0.00		0.00
Credores por acréscimo de gastos		0.00		0.00
Outros credores		0.00		0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

Não se aplica

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	52,632.00	45,913.17
Subsídios de outras entidades	28,371.95	21,981.91
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	81,003.95	67,895.08

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	6,944.81	7,787.37
Materiais	2,239.66	2,435.04
Energia e fluidos	8,296.22	6,239.02
Deslocações, estadas e transportes	2,480.54	3,096.14
Serviços diversos	5,475.53	5,394.57
Total	25,436.76	24,952.14

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	4,801.88	5,627.13
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	430.00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos	2,869.64	1,225.21
Total	7,671.52	7,282.34

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	0.00	0.00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0.00	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos	512.16	0.00
Total	512.16	0.00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0.00	0.00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	347.84	810.49
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	347.84	810.49
Resultados Financeiros	347.84	810.49

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 25 de março de 2017.

Arentim, 25 de março de 2017

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção